
TRABALHO ASSALARIADO E CAMPESINATO: UMA ETNOGRAFIA COM FAMÍLIAS CAMPONESAS*

Verena Sevá Nogueira

Universidade Federal de Campina Grande – Brasil

Resumo: Partindo de uma pesquisa etnográfica com famílias camponesas que saem de suas terras para trabalhar em diferentes lugares do Brasil, o objetivo deste texto é pensar a relação entre trabalho assalariado e campesinato. O recorte analítico privilegia a modalidade migratória atualmente mais significativa no município de Aracatu (BA), a “migração para o café”, na qual, durante quatro meses ao ano, homens e mulheres fecham suas casas no sertão e se deslocam para trabalhar em lavouras de café da região Sudeste. Finalizado o trabalho, retornam para casa e ali permanecem até a colheita do próximo ano. O dinheiro ganho no café garante a “feira” do ano e a continuidade do “negócio” familiar. Um trabalho assalariado que se insere nas dinâmicas produtiva e reprodutiva dessas famílias camponesas, e possibilita a reprodução de uma ordem moral camponesa, no sentido proposto por Klaas Woortmann.

Palavras-chave: etnografia, famílias camponesas, migração, trabalho assalariado.

Abstract: Each year men and women from Aracatu, a small city in northeast of Brazil, close their homes and move over thousand miles south to harvest coffee in Minas Gerais and São Paulo States. As soon as coffee harvest finishes four months later they go back home and resume work in their own gardens. The money earned in the coffee harvest provides assurance consumption throughout the year, allowing devote to their activities on the family farm. This paper seeks to show how the wage labor done by those families reflects into their productive and reproductive dynamics, including acting in strengthening peasant character, in the sense of a peasant subjectivity, as was proposed by Klaas Woortmann.

Keywords: ethnographic, migration, peasant families, wage labor.

* Uma versão anterior deste artigo foi publicada nos anais eletrônicos do congresso da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizado em julho de 2012, na cidade de São Paulo, Brasil.

Introdução

Num debate clássico da antropologia rural, a começar com Kroeber (1948) nos anos 1940, seguido por Robert Redfield (1949, 1960) e Eric Wolf (2003) nas décadas seguintes, o tema da interconexão entre as sociedades camponesas e um mundo moderno, industrial e capitalista vem a contrapor uma assertiva acadêmica que defendia um pretensão isolamento social e geográfico dessas sociedades em relação a um mundo social mais amplo.

Opondo-se a um primeiro trabalho publicado em 1949, Redfield, em posterior publicação, passa a partilhar das ideias de Kroeber, de que sociedades camponesas não seriam nem “primitivas”, nem tampouco sistemas simples e autocontidos, mas parcelas de uma sociedade mais ampla, denominadas como *part-societies* ou *part-cultures* (Redfield, 1960). Nesse raciocínio, os camponeses migrantes figuram como elos entre esse mundo urbano “moderno” e o mundo rural “atrasado”. Mas um mundo urbano e “moderno” que se impõe tenazmente a um mundo e a um modo de vida camponês. Na tentativa de entender as consequências desse embate, surge no meio acadêmico um amplo debate sobre o advento das relações capitalistas no campo, e, no seu bojo, diferentes interpretações sobre o tema do trabalho assalariado em famílias camponesas.

Numa das pontas argumentativas desse debate encontram-se as análises de inspiração leninista que defendem o processo de diferenciação do campesinato frente a uma lógica econômica capitalista, resultando na transformação inevitável dos camponeses em proletários rurais ou em capitalistas do campo.¹ Outra é a vertente interpretativa que predominou nos estudos rurais brasileiros nos anos 1970, segundo a qual o campesinato não desaparece no embate com a sociedade capitalista, urbana e industrial nascente no Brasil a partir da década de 1950,² mas passa a ser funcional a essa nova ordem social, nela se integrando como fornecedor de produtos agrícolas e mão de obra a baixo custo (Fernandes, 1973; Martins, 1975; Oliveira, 1972). Numa outra ponta argumentativa, situo as análises de cunho mais propriamente antropológico, às quais se filiam as assertivas deste texto, que procuram pensar o campesinato

¹ Cf. Abramovay (1991).

² Cf. Wanderley (2011).

mais amplamente que um modo de produção ou uma lógica econômica, sobretudo como um modo de vida, ou mesmo como uma ordem moral, uma subjetividade (Garcia Júnior, 1983, 1989; Velho, 1983; Wanderley, 2003; Woortmann, E, 1995; Woortmann, K., 1990).

Nestes estudos do campesinato³ brasileiro, o tema do trabalho assalariado está presente, e interpretado segundo uma lógica camponesa. Nesse sentido, ao pensarmos a relação entre trabalho assalariado e famílias camponesas, devemos atentar para a existência de um fenômeno complexo e atual no campo brasileiro, que engloba desde situações de contratação temporária de mão de obra de terceiros (trabalhadores assalariados), em momentos em que a mão de obra familiar não é suficiente para o trabalho, como situações em que são os próprios membros da família camponesa que se assalariam fora de casa. Estratégias de vida que não se opõem, mas se completam dentro de uma lógica camponesa, e que permitem aos camponeses o trânsito entre as posições de contratantes e contratados, sem maiores rupturas ou estranhamento, diversamente do que se passaria na lógica capitalista, assentada sobre duas classes antagônicas, os capitalistas e os trabalhadores.

Neste texto analiso um processo de assalariamento temporário em famílias camponesas e migrantes, buscando compreender como essa prática adentra a dinâmica produtiva e reprodutiva desses grupos. Meu ponto de partida empírico é uma etnografia realizada nos anos 2007, 2008 e 2009, com famílias

³ Ao nos referirmos ao campesinato brasileiro, devemos pontuar, por um lado, que se trata de uma categoria histórica-social particular e ao mesmo tempo heterogênea, distinta de outras formas de campesinato encontradas mundo afora, não obstante entre elas haver “princípios mínimos” que permitem sua aproximação e diálogo. No Brasil, a categoria do campesinato emerge na cena social na primeira metade do século XX, em grande medida influenciada por doutrinas revolucionárias de cunho leninista, imersa no propósito de unificar e fortalecer a luta de inúmeras e heterogêneas categorias rurais oprimidas. Passado mais de meio século da atuação das Ligas Camponesas, um dos principais movimentos de organização e luta camponesa ocorrida no Nordeste brasileiro, nos anos 1950 e 1960 (Andrade, 2009), a cena rural brasileira é tomada por novos processos de identificação social e política, através dos quais os camponeses se transmudam em vaqueiros, ribeirinhos, seringueiros, “sem-terra”, quebradeiras de coco, faxinais, ou mesmo agricultores familiares, dentro de um contínuo processo de afirmação política e resistência dessas populações. Por outro lado, ao tomamos o campesinato como categoria analítica, deparamos com uma categoria que continua a desempenhar papel central na compreensão dos processos sociais no campo, especialmente quando protagonizados por populações rurais que se organizam e se reproduzem imersas num modo de vida camponês, pautado por relações de proximidade, interconhecimento, certa autonomia em relação ao mercado e relações personalizadas de poder local. Sobre a relevância do campesinato como uma categoria social e analítica nos estudos rurais brasileiros, ver Almeida (2007) e Welch et al. (2009).

camponesas de Aracatu, município localizado no sertão⁴ do estado da Bahia, para as quais os deslocamentos migratórios e o assalariamento fora da terra familiar compõem um antigo, organizado e complexo processo de reprodução social.

A gente fica nove meses aqui, três, quatro lá no café

Aracatu é como muitos outros municípios do Nordeste brasileiro para os quais os deslocamentos migratórios de seus habitantes são práticas históricas e recorrentes. Ao chegar pela primeira vez⁵ nessa pequena cidade localizada no sertão nordestino, minha ânsia por encontrar pessoas que tivessem uma experiência migratória durou pouco. Ter *saido*⁶ (e voltado) alguma vez de Aracatu, ter alguém na família que já *saiu*, ou mesmo ter algum parente ou conhecido que vive fora dali é lugar-comum. *São Paulo*,⁷ como genericamente é denominado qualquer lugar ao sul da Bahia, mostrou-se um lugar conhecido e familiar. Um destino que embora distante geograficamente de Aracatu, a ela encontra-se ligado simbolicamente por meio das redes tecidas no ir e vir dos

⁴ Sertão é uma grande paisagem geográfica localizada em estados da região Nordeste do Brasil que convivem com baixa incidência de chuvas. Trata-se da parcela mais seca da região Nordeste, definida pela geografia como região semiárida ou mesmo sertão, em oposição a outras três paisagens naturais nordestinas: o Meio-Norte, prolongamento da Amazônia na região, o Agreste, zona de transição entre o sertão e a Zona da Mata, a área mais úmida, já próxima ao litoral. Desde o início do século passado, o termo “sertão” ocupa um lugar importante no imaginário nacional brasileiro. Uma forma de designar um território desconhecido, pobre e de clima seco, que se localiza no interior do país, numa oposição ao litoral, um lugar conhecido, que simboliza a riqueza. Desse período cito o livro *Os sertões*, publicado em 1902 por Euclides da Cunha.

⁵ A pesquisa teve início na periferia de Campinas (SP), onde conheci algumas famílias provenientes de Aracatu. De Campinas, e através de minha inserção nas redes que conectam essas famílias à sua terra natal, cheguei a Aracatu.

⁶ “Sair” é uma expressão verbal corriqueira em Aracatu para descrever o ato de se ausentar da terra familiar do sertão e ir buscar trabalho fora. Não utilizam o vocábulo “migrar”. “Migração” tem algum significado apenas para os habitantes mais idosos, referindo-se a um prédio localizado na capital paulista, por eles chamado de “Migração”. Por esse prédio, um entreposto do governo, os migrantes passavam em suas andanças nos idos anos 1940, 1950. Ali eram vacinados, podiam banhar-se, eventualmente pernoitavam, e obtinham bilhetes de trem para chegarem ao oeste de São Paulo e ao norte do Paraná. Utilizarei a grafia desse verbo em itálico toda vez que tiver o significado referido.

⁷ Ao grafar “São Paulo” em itálico, estou a utilizá-lo no sentido local conferido a esse vocábulo, aludindo a alguns municípios do interior do estado de São Paulo, especialmente Campinas e Artur Nogueira, assim como a municípios do sul do estado de Minas Gerais. O termo “São Paulo” tem um significado análogo ao termo “Sul” trazido por Afrânio Garcia Júnior (1989) em sua pesquisa realizada com migrantes paraiibanos, significando um lugar fora de casa para onde se sai para trabalhar e melhorar de vida.

migrantes. Redes que se formam e se atualizam, ademais, não somente pela circulação de pessoas, mas de bens materiais (dinheiro, presentes, encomendas) e imateriais (informações, notícias, fofocas), levados, trazidos, enviados e recebidos.

Há uma importante literatura sobre campesinato no Brasil que analisa processos migratórios que têm o Nordeste como “lugar de partida”, seja em direção à região Sudeste do país (Durham, 1978; Garcia Júnior, 1989; Menezes, 1985, 2002; Scott, 2009; Woortmann, K., 2009), seja com destino à região Norte (Velho, 1983). Processos migratórios nada recentes na história nordestina, como assinala Manoel Correa de Andrade (1980) em seu livro *A terra e o homem no Nordeste*.

Arriscando-me numa generalização nem sempre fiel à heterogeneidade e vivacidade dos processos sociais, embora importante na composição de um quadro interpretativo da mobilidade nordestina brasileira, pontuo que até as primeiras décadas do século XX os movimentos migratórios de nordestinos se dirigiam precipuamente para lugares mais próximos de casa, figurando o retorno como parte constitutiva desses deslocamentos. Com a intensificação das migrações internas no Brasil a partir dos anos 1930, os trajetos migratórios de nordestinos galgaram lugares mais distantes, com destaque para as regiões Sudeste e Norte do país. Era o período das grandes levas migratórias em direção ao ABC paulista, para o trabalho operário nas indústrias que ali se instalavam (Martins, 1986; Menezes, 1985; Silva, M., 1999; Singer, 1976), e dos deslocamentos dirigidos para a região Norte, impulsionados pelos projetos de colonização do governo federal (Velho, 1983). Processos migratórios que coincidem, ademais, com as transformações pelas quais vinha passando a própria região Nordeste, com especial destaque para as alterações nas relações de trabalho e de “morada” no interior dos engenhos e das usinas de cana-de-açúcar⁸ (Garcia Júnior, 1989; Palmeira; Almeida, 1977; Sigaud, 1979).

Para as famílias camponesas de Aracatu e arredores, as práticas migratórias conformam um processo migratório antigo e em constante transformação. Afora as *saídas* para trabalhar em fazendas e sítios da região, que aparecem

⁸ Segundo Lygia Sigaud (1979, p. 11), “na década de 50 inicia-se um processo, que se prolonga até hoje, de transferência de força de trabalho de dentro para fora dos engenhos, com os moradores abandonando as propriedades e se instalando nas cidades da região, transformadas em grandes concentrações de trabalhadores”.

nos relatos dos habitantes mais idosos, descritos como práticas constitutivas do modo de vida das famílias camponesas do lugar pelo menos desde a primeira metade do século XX, a partir dos anos 1950 os migrantes passaram a embarcar em caminhões “pau de arara”⁹ até a capital paulista, onde tomavam o “trem da Migração” em direção ao oeste do estado ou ao norte do Paraná, onde se empregavam em atividades agrícolas. Nos anos 1980 as famílias de Aracatu passaram a se deslocar massivamente para o sul da Bahia, região de Guanambi, para o trabalho na colheita do algodão, fase que durou até o declínio dessa lavoura no local, na década seguinte. Atualmente duas são as principais formas de mobilidade no espaço: os deslocamentos para alguns municípios do estado de São Paulo, o que na linguagem local é expresso como *sair pelo mundo* ou *sair para São Paulo* – modalidade praticada desde a década de 1980, quando as primeiras famílias fixaram residência em Artur Nogueira –, e deslocamentos temporários para o trabalho assalariado em fazendas de café do Sudeste do Brasil, denominados *sair para o café*. Duas formas atuais de mobilidade imbricadas dentro de um mesmo processo migratório, como momentos que se mesclam e se sucedem de forma não linear ou necessária nas trajetórias de vida dessas famílias.¹⁰

Sair pelo o mundo significa deixar o local de onde se é, e ir viver em outro lugar, em um *mundo* conhecido e familiar, diverso do “meio do mundo” descrito por Parry Scott (2009) como um lugar desconhecido, novo e temido. Um *mundo* onde vivem parentes e conterrâneos, que intermedeiam a vinda dos novos migrantes, dando-lhes uma primeira morada, arrumando-lhes trabalho e, não menos importante, dando-lhes um suporte afetivo para enfrentarem o novo lugar. Um *mundo* que se concentra em dois ou três bairros da periferia de Campinas, e principalmente no município de Artur Nogueira, localidades vizinhas no interior paulista.¹¹

⁹ Pau de arara é o apelido que recebem os caminhões garnidos de bancos de madeira que outrora transportavam migrantes. Atualmente os migrantes não viajam mais nesses caminhões, mas em ônibus fretados.

¹⁰ Nesse sentido, diferenciam-se de outros processos migratórios descritos na literatura, como a pesquisa de Marilda Menezes (2002) com camponeses migrantes paraibanos, onde os deslocamentos obedecem a uma sequência, passando pelos campos pernambucanos numa etapa inicial e somente depois atingindo os centros urbanos do Sudeste brasileiro. A primeira etapa temporária em Pernambuco aparece como um estágio de trabalho comumente utilizado, e necessário, para financiar os deslocamentos mais longínquos para a região Sudeste.

¹¹ Enquanto em Artur Nogueira os primeiros aracatuenses se fixaram nos anos 1980, em Campinas eles chegaram somente na década seguinte.

Sair para o café, especificamente, nomeia a modalidade migratória em que as famílias fecham suas casas na *roça* ou na *rua*¹² durante três a quatro meses, embarcam em ônibus fretados até fazendas e sítios da região Sudeste do Brasil,¹³ ali permanecem por esse período a trabalhar na colheita do café, e ao final regressam para suas casas no sertão. Uma vida camponesa dividida em dois tempos e em dois lugares, assim como expresso na fala de uma entrevistada quando explica que: *a gente fica nove meses aqui, três, quatro lá no café*. Porém um tempo marcado não apenas pelo calendário e relógio oficiais, mas pelo período que dura o trabalho no café.

Sair para o café, trabalhar durante três a quatro meses na colheita, e voltar para Aracatu tornou-se, na última década, a principal modalidade migratória para os habitantes do lugar. Um processo migratório no qual se envolvem não apenas aqueles que partem rumo ao *café*, mas toda a população de Aracatu, que passa a ter sua temporalidade marcada por esse “tempo do café”.¹⁴ O comércio, as festas, as escolas, as lavouras, os encontros sociais, enfim, praticamente toda a vida no sertão transita entre o “tempo do café” e o “tempo em casa”, seu oposto.

Durante o “tempo do café”, e nos meses que o antecedem,¹⁵ o movimento no comércio é reduzido de forma acentuada, sendo reavivado apenas com o

¹² “Roça” é a forma como os aracatuenses se referem ao meio rural e “rua”, o nome dado à sede urbana do município.

¹³ Os principais destinos desses migrantes são sítios e fazendas de café localizados em Campinas e, em Minas Gerais, em Machado, Paraguaçu e Ibiraci.

¹⁴ Trato aqui de uma noção de tempo que dialoga com outros tempos analisados pela literatura antropológica desde o clássico *Os nuer*, onde Evans-Pritchard (2002) nos remete a temporalidades nativas como o “tempo ecológico” e o “tempo estrutural”. O primeiro decorre das relações do grupo com o meio ambiente, e o segundo das próprias relações dos indivíduos entre si. Um tempo que Marcel Mauss define como marcador da vida social. Em seu ensaio *Sur les variations saisonnières des sociétés Eskimós*, Mauss (2003) identifica formas de sociabilidade relacionadas basicamente com duas estações do ano: “verão” e “inverno”, duas estações que se relacionam e marcam distinções em aspectos fundamentais da vida social, como na vida moral, jurídica, religiosa e na doméstica. Ainda, um tempo social que Norbert Elias (1998) tem como desvinculado de um dado da natureza independente do ser humano, o significando como um quadro de referência que organiza os acontecimentos, as fases e os fluxos nos grupos humanos. Já numa literatura nacional mais recente, há o “tempo da política”, categoria que Moacir Palmeira (2002) identificou como nativa entre populações camponesas do Nordeste brasileiro, e que nomeia um período de subversão no cotidiano dessas populações, onde se observa um rearranjo nas posições sociais.

¹⁵ Observa-se, contudo, que nas semanas que antecedem as *saídas para o café*, o comércio tem um pequeno aumento nas vendas, que é quando os migrantes *fazem a feira* para a viagem.

retorno dos migrantes. Com o dinheiro ganho no trabalho no café as famílias garantem a *feira*¹⁶ até o ano seguinte,¹⁷ quando novamente seguem para o café.

Mas conquanto ocorra uma diminuição sensível nas vendas, nas casas comerciais da sede urbana do município, durante o “tempo do café”, em alguns mercadinhos localizados na zona rural as vendas não caem, ou caem muito pouco. Um fato, aparentemente paradoxal, que deve ser compreendido dentro da totalidade da vida social, que obedece a essas duas temporalidades marcadas pelo “tempo do café”.

Durante o “tempo em casa” existe uma regularidade semanal das famílias rurais em *ir à feira*¹⁸ na sede urbana do município, regularidade que cessa durante o “tempo do café”. Poucas são as famílias que dispõem de *carro pequeno*,¹⁹ sendo que a maioria necessita dos carros *que fazem linha*²⁰ ou do ônibus do seu Pedro para *ir à rua*, visto que transporte público inexistente no município.²¹ Esses meios de locomoção funcionam regularmente durante o “tempo em casa”, mas cessam ou quase desaparecem durante o “tempo do café”, deixando as famílias rurais (os membros destas que ficaram), especialmente as das áreas mais distantes do município, numa situação de isolamento. Dessa forma, sem meio de locomoção entre suas *fazendas* e a *rua*, os que ficam passam a depender quase que exclusivamente dos mercadinhos da zona rural, que transmudam de um comércio subsidiário que são durante o “tempo em casa” para o lugar principal das compras, durante o “tempo do café”.

O calendário escolar do município é outro aspecto social regulado pelo “tempo do café”. Para o café *saem* não somente homens e mulheres adultas,

¹⁶ Garantir a *feira* do ano é ter dinheiro para viver durante o ano, para comer, vestir-se, ter o básico para continuar a vida.

¹⁷ Contudo, é frequente a venda fiada de mercadorias, principalmente no período que antecede o “tempo do café”, seja porque o dinheiro ganho no café no ano anterior não foi suficiente para as necessidades da família durante o ano, seja para a aquisição de mercadorias para a viagem até o café, para os alojamentos ou para presentear os parentes que encontrarão em *São Paulo*.

¹⁸ Ir à feira ou fazer feira é mais do que comprar ou vender alguma coisa na feira. É o dia em que os moradores da zona rural vão à sede urbana do município para resolver os mais diversos assuntos, como ir ao banco, ao sindicato, ao médico, ou simplesmente encontrar conhecidos e *palestrar* (conversar).

¹⁹ Forma como se referem os aracatuenses aos carros de passeio particulares.

²⁰ *Fazer a linha* é uma expressão comumente ouvida em Aracatu, e significa transportar pessoas no interior do município. Trata-se de um negócio privado operado por pessoas que possuem um caminhão pequeno.

²¹ Exceção são os ônibus e as peruas escolares, onde dificilmente há possibilidade de “pegar carona”.

mas também jovens²² e crianças em idade escolar.²³ As crianças viajam para acompanhar os pais, que muitas vezes não têm com quem deixá-los, ou simplesmente preferem tê-los consigo. Os que têm 14 anos ou mais já *saem* para trabalhar nos cafezais.

Em algumas escolas da zona rural, onde há maior afluxo de estudantes migrantes, as aulas restam suspensas durante o “tempo do café”, sendo reiniciadas quando do retorno dos estudantes. Há uma espécie de antecipação das férias de verão, que nas escolas brasileiras oficialmente acontecem nos meses de dezembro de um ano a janeiro e fevereiro do ano seguinte. Já na sede urbana do município, a adaptação dos calendários escolares²⁴ mostrou-se um pouco diferente, havendo basicamente dois calendários, um *especial* para os estudantes migrantes, grande parte deles moradores da zona rural,²⁵ e outro para os que ficam.

Ademais, nos últimos cinco anos verificou-se uma diminuição significativa do número de crianças que acompanham os pais nos deslocamentos para o café, fato atribuído em grande medida à implantação pelo governo federal do programa Bolsa Família, que prevê o pagamento de um benefício financeiro mensal para famílias carentes, exigindo em contrapartida que as famílias

²² Por jovens em idade escolar refiro-me a pessoas entre 14 e 18/19 anos, que na etapa da pesquisa de campo na Bahia – anos de 2008 e 2009 – cursavam o segundo ciclo do ensino fundamental ou o ensino médio.

²³ Classifico como crianças em idade escolar as que têm até 13 anos de idade, e que cursavam, em 2008 e 2009, as séries que iam até o fim do primeiro ciclo do ensino fundamental (antigo primário). Note-se que nas escolas de Aracatu, principalmente as da zona rural, os estudantes são normalmente mais velhos por séries que o previsto na legislação escolar brasileira. Por isso, no segundo ciclo do ensino fundamental, destinado a crianças entre 11 e 14 anos, há muito jovens com idade superior, bem como há crianças com mais de 10 anos no primeiro ciclo do ensino fundamental. Dito isto, esclareço que a distinção aqui aposta, entre crianças e jovens em idade escolar, toma preferencialmente como parâmetro a idade e não a série que a criança ou o jovem estuda.

²⁴ Na sede urbana, as mudanças ocorrem somente nas séries a partir do segundo ciclo do ensino fundamental (a partir da quinta série ou sexto ano do ensino fundamental), em classes onde estudam crianças a partir de 11 anos de idade e moradoras da zona rural. Abaixo dessa idade, são crianças que moram da sede urbana, praticamente inexistindo a prática migratória nesse grupo, não se justificando, dessa forma, uma modificação no calendário das aulas.

²⁵ São poucas as escolas de ensino médio localizadas na zona rural de Aracatu (elas existem somente nos povoados distantes do centro urbano, como na Piabanha e na Várzea da Pedra). Os jovens rurais, para prosseguirem nos estudos nas séries do ensino médio (antigo segundo grau), deslocam-se diariamente de suas *fazendas* para a sede do município.

garantam uma frequência mínima das crianças à escola,²⁶ o que resta inviabilizado quando as mesmas acompanham os pais no café.

Mas é no campo que o “tempo do café” define com mais força a temporalidade da vida. Dali *sai* a maior parcela dos migrantes em direção às fazendas de café do Sudeste. É onde as casas são literalmente fechadas, as rotinas, mudadas e a vida, suspensa. Um “tempo”, ademais, que proponho seja desmembrado em quatro “subtempos do café”: o dos preparativos para *sair*, o do trabalho no café propriamente dito, o das visitas aos parentes, e o da volta para casa. Tempos e “subtempos” que adentram a dinâmica produtiva e reprodutiva dessas famílias, reorganizando-as enquanto grupos de parentes ligados a uma terra familiar.

Portanto, é para o campo de Aracatu, e para as famílias camponesas que ali têm sua casa e sua vida, que conduzo a análise que se segue. Primeiro apresento as *fazendas*²⁷ Martim e Baixa Escura, e as famílias desses lugares, para, em seguida, retomar a discussão central sobre os “tempos do café” e o assalariamento em famílias camponesas.

Aqui ninguém vende terra não

A *fazenda* Martim pertence ao Velho Zora, que ali chegou em 1970. Comprou-a com o dinheiro obtido na venda de parcela da terra que herdara dos pais, onde vivera até se casar. Trata-se de uma área de 100 hectares de terra titulada em nome de dois de seus filhos, que continuam a viver no local com o patriarca e com alguns de seus descendentes. A outra parte da parentela do Velho Zora não vive mais na *fazenda* Martim, mas em *São Paulo*.

²⁶ Segundo as regras do programa Bolsa Família, para gozar o direito de receber o benefício, além da comprovação da situação de carência econômica familiar, são exigidos alguns outros requisitos como, por exemplo, a obrigação de levar regularmente as crianças nos postos de saúde para acompanhamento, por um profissional de saúde, do seu desenvolvimento físico e nutricional, e a obrigação dos pais em assegurar uma frequência mínima dos filhos às escolas. No caso da ida para o café, o período que os aracatuenses se ausentam da Bahia pode chegar a quatro meses nos anos *bons*, o que ultrapassa o número de dias de ausências escolares permitido a uma criança, para que sua família não perca o direito ao referido benefício governamental.

²⁷ “Fazenda” é a denominação êmica para as propriedades de terra em Aracatu, independentemente da dimensão da propriedade. Passo a grava-las em itálico para diferencia-las das fazendas de café do Sudeste, que assim são chamadas porque representam grandes extensões de terra.

A *fazenda* Baixa Escura, contígua à Martim, possui uma área de pouco mais de 100 hectares de terra, e é de propriedade de Zé Mascate, que, assim como o vizinho, comprou-a com o dinheiro da venda de outra área próxima, recebida por herança do pai. Embora tenha vivido muitos anos na Baixa Escura, Zé Mascate atualmente mora no município paulista de Artur Nogueira, ficando a cargo de seus três filhos homens o cuidado da *fazenda*.

Nas *fazendas* Martim e Baixa Escura o trabalho concentra-se basicamente na produção de gêneros agrícolas destinados ao consumo interno da família e à troca e excedentes com vizinhos. Os principais produtos cultivados são: palma para ração do gado, feijão, milho, andu (guandu), melancia, fava, abóbora, maxixe, quiabo e alguns temperos. Há ainda a criação de pequenos animais como porcos e galinhas, e a criação de gado.

A divisão do trabalho familiar guarda relação direta com um padrão de moradia, segundo o qual cada família nuclear, composta pelos pais, filhos solteiros e, eventualmente, algum parente idoso, tem sua própria casa, sua própria roça, sua própria horta, seu próprio *mangueiro*.²⁸ Exceção à regra recai na lida com os animais nas áreas de *manga*,²⁹ onde pais e filhos, inclusive os casados que moram em casas separadas, permanecem trabalhando conjuntamente.

Concomitantemente ao trabalho realizado pelos familiares de cada casa, há um sistema de *ajudas* mútuas entre parentes que moram em distintas casas de uma mesma *fazenda*, assim como entre vizinhos de *fazenda* que mantêm entre si relações de proximidade e/ou de parentesco. Por meio do *convite*, as pessoas ficam sabendo que uma família precisa de ajuda para um plantio, para uma colheita, ou mesmo em alguma obra na *fazenda*. São *convites* e *ajudas* que não podem ser negados, pois corporificam um sistema de trocas obrigatórias por meio do qual as famílias operam visando à sua reprodução, ou imbuídas do propósito de continuar a fazer parte de um grupo de parentesco ou de vizinhança. São trocas que se mostram aparentemente facultativas, mas com cunho obrigatório para aqueles que estão inseridos numa mesma rede familiar ou de vizinhança, e que desejam continuar a fazer parte da mesma. Redes, ademais, que existem não somente num contexto local, nas *fazendas*

²⁸ “Mangueiro” é uma área cercada, normalmente próxima à casa de moradia e, se possível, de um corpo d’água, reservado para pequenos animais, ou para animais maiores que precisam de cuidado especial.

²⁹ “Mangas” são áreas de pastagens cercadas onde se criam bovinos e equinos. É conhecida em outras regiões brasileiras por “pasto”.

do sertão, mas que conectam os moradores do sertão com seus parentes que estão a viver fora, em *São Paulo*.³⁰

Afora os casos de *ajudas*, há situações de contratação de mão de obra de parentes e de vizinhos com retribuição em dinheiro. É o que se denomina localmente por *serviço*.³¹ De forma semelhante às *ajudas*, o *serviço* possui um caráter temporário e se dirige a uma tarefa específica, diferenciando-se do trabalho permanente e contínuo dos membros de um grupo familiar camponês. Uma modalidade de trabalho assalariado e temporário que, segundo Klass Woortmann (1990), viabiliza a produção camponesa das famílias que, por algum motivo, não têm braços suficientes para realizar o serviço contratado. Isso ocorre, por exemplo, em grupos familiares em momentos de ciclo de vida com poucos adultos, em fases da produção com maior demanda de mão de obra, como nas colheitas, ou mesmo em casos de tarefas específicas ou especializadas, como construção de casas ou derrubada de mata. O mais importante a reter, nesse ponto, é que são *serviços* que não operam dentro de uma relação de oposição, mas de complementariedade com o trabalho da família camponesa.

A contratação do *serviço* de pessoas de fora do grupo familiar denota, em algumas situações, sinal de prosperidade da família contratante, na medida em que permite o direcionamento do trabalho de seus membros para atividades consideradas mais nobres ou menos penosas, como, por exemplo, as colheitas. Por outro lado, é uma maneira de o “pai de família” afirmar sua posição de controle dentro do próprio grupo, podendo (ou não) isentar os familiares dos trabalhos mais penosos e, especificamente no caso das mulheres,³² retirá-las do trabalho considerado penoso da roça, circunscrevendo-as ao espaço da “casa-quintal” (Carneiro, 1996; Garcia Júnior, 1983; Woortmann, K., 1990).

³⁰ O tema das redes de relacionamento, tecidas e constantemente atualizadas dentro do processo migratório do qual participam as famílias em estudo, e do qual apenas brevemente me refiro neste texto, encontra-se melhor desenvolvido em Nogueira (2010, 2011).

³¹ Nas relações de *ajuda* ou *serviço*, o dono da roça oferece aos trabalhadores a *boia*, que é como se referem à comida. Note-se, contudo, que a prática de oferecer a *boia* possui diferentes significados conforme o tipo de contratação. Nos casos de *ajuda*, a *boia* é uma retribuição obrigatória dentro da relação de favor instaurada. Já no *serviço*, é um meramente um complemento do pagamento em dinheiro.

³² Nessa reorganização do trabalho em famílias camponesas, possível em razão da contratação de mão de obra externa, as mulheres são, comumente, as primeiras que param de trabalhar na roça, ficando restritas à lida da casa e do quintal, esses lugares femininos por excelência. Contudo, para além de uma mera divisão sexual do trabalho, esse reordenamento familiar reafirma diferenças hierárquicas entre o mais valorizado trabalho dos homens e o inferior trabalho das mulheres.

A casa de moradia é um dos elementos centrais da organização espacial nas *fazendas* estudadas no sertão. Uma marcação (e distinção) física da família nuclear (casal e filhos solteiros) no interior da família extensa e do espaço indiviso da *fazenda*. Uma forma de moradia e de divisão fundiária que aparece com frequência em certa literatura sobre sociedades camponesas, nas quais o padrão do domínio e de transmissão da terra se baseia no regime de pró-indiviso, ou seja, em domínios de terra sem demarcação interna, apossados por vários donos, normalmente aparentados entre si (Godoi, 1998; Woortmann, E., 1995).

O casamento entre vizinhos, *com gente daqui mesmo*, aparece como prática recorrente e antiga nas famílias analisadas. São os “casamentos em casa”, que resultam da união entre primos³³ (que são também vizinhos), da união entre vizinhos sem laços de consanguinidade, ou da união entre vizinhos, consanguíneos ou não, que estão a viver em *São Paulo*. Os “casamentos em casa” reúnem parentes e vizinhos numa espécie de “família ampliada”, onde os que são parentes entre si confirmam seu pertencimento à família e à terra familiar, e os de fora passam a integrá-las, chegando ao ponto de não mais ser possível pensar uma separação de fato entre parentes e vizinhos, entre parentes e não parentes, entre os da família e os de fora.

A prática matrimonial é uma importante e antiga estratégia de reprodução em famílias camponesas, guardando relação direta com a perpetuação do domínio do grupo (sucessão fundiária) sobre uma parcela de terra, o patrimônio maior para essas famílias (Bourdieu, 2004; Garcia Júnior, 1983; Godoi, 1998, 1999; Moura, 1978; Woortmann, E., 1995; Woortmann, K., 2009). Segundo Bourdieu (2004), os casamentos camponeses têm como primeira função dar continuidade a uma parentela, sem o comprometimento da integridade do seu patrimônio. Nesse sentido, uma reprodução/preservação da integridade do patrimônio camponês que se destina a “preservar uma unidade de parentesco e os circuitos de reciprocidade que nela e por ela operavam, assim como uma concepção moral da relação com a terra” (Woortmann, E., 1995, p. 225).

³³ “Primo” é provavelmente a categoria que agrupa a maior diversidade das situações de parentesco no eixo colateral, consanguíneos ou não, desde relações entre os filhos de irmãos (os primos em primeiro grau), como entre filhos de primos, e assim por diante. Fora desse grupo estão somente os parentes em linha descendente: pais e filhos, avós e netos e, eventualmente, bisavós e bisnetos, e alguns poucos parentes colaterais que não podem ser considerados primos: filhos de mesmo pai e/ou de mesma mãe (irmãos) e a relação entre tios e sobrinhos. Nesse esquema os “casáveis” são os primos entre si e os tios com sobrinhos.

Em Aracatu, os *casamentos com gente daqui* vêm funcionando como estratégia para manter ou até mesmo ampliar o patrimônio territorial familiar, impedindo que as terras familiares passem para o domínio de famílias de fora. É a partir do esquema: “casamento em casa”, “família ampliada” e território familiar que se configuram as relações de parentesco nas famílias do local. Relações expressas por um *aqui é tudo família*, remetendo a uma grande família (“família ampliada”) com seus membros morando (ou com origem) num mesmo território (*fazendas* avizinhas em Aracatu), que se perpetua através dos casamentos realizados no seu interior (“casamentos em casa”).

A interdição de venda de terra para pessoas de fora é mostrada na literatura como uma importante estratégia de manutenção do patrimônio fundiário em famílias camponesas da região Nordeste brasileira. (Garcia Júnior, 1983; Godoi, 1998, Woortmann, E., 1995). Nesses contextos, assim como observado nas famílias das *fazendas* Martim e Baixa Escura, quando as pessoas dizem que *aqui ninguém vende terra não*, isso não indica a inexistência de comércio de terras no local, mas sim que tais transações ocorrem majoritariamente no interior dessas “famílias ampliadas”.

Os “tempos” do café

Mas não é da produção agrícola, nem tampouco da criação de animais que as famílias camponesas de Aracatu vêm obtendo, na última década e meia, suas principais fontes de renda. Essas vêm de fora, dos benefícios da previdência social – com destaque para as aposentadorias rurais³⁴ – e, sobretudo, do

³⁴ A previdência social é o programa federal de transferência de renda com maior número de benefícios pagos e com o maior volume de recursos despendidos. Em uma abrangente pesquisa sobre a previdência rural brasileira, Delgado e Cardoso Jr. (2000) nos mostram que na região Sudeste os benefícios urbanos são em maior número (56,7% do total), porém é na região Nordeste onde se encontra o maior número de benefícios pagos pela previdência rural no ano de 1998 (45,5% do total). Entretanto, a história da previdência social, em especial da previdência rural, é bastante recente em nosso país. A Lei Eloi Chaves, em 1923, criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões, mas apenas em benefício de trabalhadores urbanos. Somente com a promulgação da lei complementar n. 11, de 1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Prorural/Funrural), é que os trabalhadores rurais, os pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975) passaram a ser atendidos pela Previdência, mas de forma limitada, pois o programa previa tão somente aposentadoria por idade aos 65 anos, limitada ao cabeça do casal, e tendo meio salário mínimo como teto. Quase 20 anos depois, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é que finalmente houve a implantação do regime de universalização de atendimento aos idosos e inválidos do meio rural.

dinheiro auferido pelos migrantes no trabalho realizado nas fazendas de café da região Sudeste do Brasil. Um trabalho assalariado e temporário, realizado durante três a quatro meses no ano, que pressupõe um movimento de ir e vir das famílias entre suas *fazendas* do sertão e as fazendas de café.

Um movimento migratório que, além de implicar uma mudança temporária do local de moradia dos trabalhadores migrantes, altera suas relações de trabalho e propriedade. Enquanto nas fazendas do sertão suas famílias são proprietárias da terra onde moram e trabalham em regime de produção familiar, nas fazendas de café do Sudeste os migrantes se transmudam em trabalhadores assalariados na propriedade rural de um fazendeiro do café, com quem não mantêm qualquer relação de proximidade ou intimidade, mas apenas um contrato de trabalho impessoal.

Porém, *sair para o café* é um movimento migratório que, se de um lado é definido pelo tempo da colheita do café, de outro atua na marcação temporal das relações e da vida no sertão. Uma temporalidade assentada, dessa forma, no ritmo dado pela combinação entre o “tempo do café” e o “tempo de casa”, anteriormente mencionados, ou mais especificamente, uma temporalidade moldada pelos “subtempos do café”.

O primeiro desses “subtempos” é o dos preparativos para *sair*, momento em que algumas providências devem ser tomadas pelos migrantes. A primeira coisa a se fazer é arrumar um lugar numa *turma*³⁵ de migrantes que seguirá para o café. É o momento de procurar um arregimentador,³⁶ e saber se há lugar em sua *turma*.

O arregimentador é sempre um conterrâneo dos migrantes, um parente, um vizinho ou um amigo que age como intermediário entre eles e os fazendeiros do café. Sua função é reunir trabalhadores e levá-los para os cafezais, com os quais permanece durante todo o tempo da colheita, como o responsável e

³⁵ “Turma” é a forma pela qual se denomina um grupo de pessoas que *saem* juntas para trabalharem juntas num mesmo lugar e, sobretudo, que têm uma mesma pessoa que as arregimenta e como chefe durante todo o trabalho alhures. Será grafada em itálico, pois para além de representar uma categoria classificatória em diferentes contextos migratórios, é também hoje uma categoria social encontrada no local da pesquisa.

³⁶ O termo “gato” que aparece com certa frequência na literatura sobre migração temporária não figura no linguajar dos aracatuenses, embora quase todos conheçam seu significado, que dizem ter aprendido em suas *andanças pelo mundo*. Utilizam preferencialmente em seu lugar o próprio nome da pessoa que os leva para o café, sendo comuns expressões como: “eu vou com fulano para o café”; ou “não sei se tem lugar pra mim na turma do beltrano; ou ainda, “este ano quero ir com sicrano”, e assim por diante. No texto me refiro indistintamente a essas pessoas como arregimentadores de migrantes ou chefes de *turma*.

chefe da *turma*. Assim como *seus*³⁷ trabalhadores, o arregimentador é também um migrante temporário, embora ocupando posição hierárquica superior e recebendo um salário mais elevado que o dos demais, por ser ele o chefe e o responsável pela *turma*.

Cabe aos arregimentadores escolher quem comporá sua *turma*. Ter uma boa relação familiar, de vizinhança ou de trabalho com um arregimentador é condição primeira para poder estar em sua *turma*. Ter trabalhado em anos anteriores com um dado arregimentador, tendo cumprido diligentemente as obrigações de um bom funcionário, é também condição para a renovação da sua vaga na *turma* do ano seguinte. Aliás, a regra é a permanência, em anos seguidos, em *turmas* de um mesmo chefe, configurando-se uma espécie de fidelidade recíproca.

Inspirada nas análises de Lygia Sigaud (2004) acerca das relações entre os “moradores” dos engenhos e seus patrões, sugiro pensarmos a existência de uma forma aproximada da “dominação tradicional”³⁸ weberiana entre os arregimentadores e os migrantes que este *leva* para o café. Uma modalidade de dominação exercida em virtude do prestígio do arregimentador, reiterada pela tradição, e pela fidelidade dos migrantes em relação a ele. Um tipo de dominação influenciada diretamente por valores morais e éticos,³⁹ e não por algum tipo de ordenamento legal ou burocrático que caracterizaria a “dominação legal”. Uma relação de domínio que não é percebida como tal pelos migrantes, seja porque o arregimentador é alguém que lhes é próximo, a quem chamam pelo nome, alguém do grupo de parentes ou da vizinhança, seja por ele ser alguém que lhes proporciona uma vida melhor, na medida em que lhes arruma trabalho. Os trabalhadores migrantes sentem-se endividados em relação à ajuda que recebem dos “generosos” arregimentadores. Ajudas que não são vistas como obrigações, mas como dons, que por sua vez (re)dimensionam o prestígio e o poder dos arregimentadores perante os migrantes, seus familiares e toda uma população que deles dependem para *ganhar a vida* fora.

De forma análoga ao tratado pela literatura em outros cenários migratórios brasileiros (Machado, 1992; Silva, M., 1999; Silva, V., 2005), os

³⁷ O pronomes possessivo “seu” refere-se à relação existente entre os arregimentadores e os trabalhadores que este *leva* para o café. Uma relação pessoal, de ajuda, amizade, respeito e dominação pessoal que existe entre esses chefes de *turma* e *seus* trabalhadores.

³⁸ Cf. Max Weber (1964) a respeito dos três tipos de dominação: legal, tradicional e carismática.

³⁹ Sobre o tema da autoridade moral dos arregimentadores de migrantes, ver também Menezes (1998).

arregimentadores de migrantes têm uma trajetória de vida pregressa associada ao trabalho na *roça*. Ser chefe de *turma* é tornar-se chefe de *turma*, é deixar de ser um “mero” trabalhador agenciado por outrem, e tornar-se aquele que leva os *seus* próprios trabalhadores.

Os arregimentadores de migrantes começam trabalhando para outros arregimentadores, e depois mudam de *status*. Passam da posição de trabalhadores a de chefe de *turma* (ou de arregimentador de migrantes). Uma passagem de *status* nem sempre fácil para todos, ou ao menos mais fácil para uns que para outros. Arregimentar trabalhadores é um ofício aprendido na prática com outros arregimentadores. Um ofício que não raro é um “negócio de família”, passado de pai para filho.

Zé Mascate, da *fazenda* Baixa Escura, é um dos mais antigos e prestigiados arregimentadores de migrantes de Aracatu e região. Hoje está *aposentado*⁴⁰ do ofício, atuando somente nos bastidores do processo migratório, cultivando os contatos comerciais que possui com os fazendeiros do café e os transmitindo para os novos arregimentadores de sua família. Chegado o “tempo do café” Zé Mascate, que atualmente vive em Artur Nogueira com a esposa e uma filha casada, se muda de sua casa no interior de São Paulo para sua casa na Baixa Escura, onde substitui os filhos e netos, que agora são os que exercem o ofício de arregimentação de migrantes.

Na família de Zé Mascate o ofício de levar aracatuenses para trabalhar fora da Bahia é uma herança familiar, uma atividade aprendida com o pai, com o avô ou mesmo com outro parente próximo, que além de atuarem como professores transmitem o prestígio e o respeito que detêm junto às famílias camponesas de Aracatu, e aos fazendeiros contratantes dos migrantes. Um prestígio que está associado ao poder dos arregimentadores, distinguindo-os do restante da população, e que, não raro, funciona como um trampolim para o ingresso em cargos eletivos,⁴¹ assim como em outras instâncias do poder local.

Já para os “novatos”, aqueles que não possuem pai ou parente próximo para lhes transmitir o ofício, a passagem de trabalhador a chefe de *turma* é

⁴⁰ “Estar aposentado” significa, no dizer local, estar numa fase da vida de término da vida laboral, depois de muitos anos de lida, não implicando necessariamente o gozo do benefício da aposentadoria concedido pela previdência social, que pode estar presente ou não, a depender do êxito do pleito junto ao governo. Receber o benefício da aposentadoria, por sua vez, é expresso como “ser aposentado”.

⁴¹ Nas trajetórias de vida de Zé Mascate e de um filho seu, da *fazenda* Baixa Escura, assim como na de Alceu, um dos filhos de Velho Zora, da *fazenda* Martim, convivem não por acaso o ofício de arregimentação de migrantes e o cargo de vereador por Aracatu.

bem mais difícil e demorada. Para ser um arregimentador é necessário ter uma relação direta com o proprietário da fazenda (ou seu gerente) para onde se pretende levar os migrantes. São relações que chegam a durar vários anos, sendo responsáveis pelos sucessivos retornos de “sua” *turma* para as mesmas fazendas de café, criando-se uma espécie de exclusividade de mercado para os que já são chefes de *turma* em relação aos “novatos”. Dessa forma, observa-se que o ingresso dos “novatos” no ofício exige a inserção dos mesmos nas redes de relação existentes entre os “veteranos” no ofício e os fazendeiros do café, ou, ao menos, a tessitura de novas redes, caminho bem mais difícil que os trilhados por aqueles que herdaram o ofício.

Dialeticamente relacionado à posição social dos arregimentadores de migrantes, há o prestígio daquele que nesse ofício é investido. Por um lado é preciso ter prestígio perante um grupo de migrantes (uma *turma*) para se tornar seu chefe; por outro, e uma vez investido e atuante no ofício, seu prestígio precisa ser perpetuado. Prestígio e poder que permeiam praticamente todas as esferas da vida das famílias de Aracatu. O arregimentador de migrantes não é somente aquele que *leva a gente para o café*, mas o parente ou vizinho mais abastado que pode emprestar dinheiro, aquele que explora a *linha* entre as *fazendas* e o centro urbano de Aracatu, aquele que consegue se eleger vereador, seja na Bahia ou em Artur Nogueira, onde mora um grupo grande de aracatuenses, ou simplesmente aquele que é conhecido e respeitado como um “bom baiano”.

A segunda providência a ser tomada antes de *sair para o café* é ajeitar as coisas na *fazenda* do sertão. É o momento de finalizar o trabalho na terra ou de buscar *ajuda* com parentes e vizinhos para as tarefas que não podem ser interrompidas durante sua ausência, assim como para o cuidado dos idosos, dos inválidos e das crianças pequenas que ficam.

A vida doméstica resta organizada em função das *saídas para o café*, sendo várias as “combinações de estratégias de uso diversificado da mão-de-obra familiar” (Scott, 2009, p. 245). Um exemplo disso é exatamente o acionamento das redes familiares e de vizinhança visando encontrar pessoas para cuidar do que fica e dos que ficam. Os arranjos observados são os mais variados. Há circulação temporária de crianças entre casas de parentes e de vizinhos, mudando-se as mesmas para a casa dos que vão delas cuidar durante o “tempo do café”; há adultos que se mudam de uma *fazenda* a outra para cuidar das terras, de parentes mais velhos e de crianças; assim como há familiares

que se mudam de *São Paulo* para a *fazenda* de Aracatu, como relatado acima no exemplo de Zé Mascate.

O segundo subtempo é o do trabalho no café propriamente dito. É quando os trabalhadores migrantes estão na lida do café. É o período no qual a vida social e a sociabilidade mudam majoritariamente para as fazendas de café do Sudeste. Nas *fazendas* do sertão ficam poucos, fica a espera, a tristeza e a solidão. Os jovens não querem ficar, as mulheres também não. O sertão se resume a um lugar de crianças pequenas, de velhos e daqueles que não podem ou “não têm coragem de sair”. Por contraparte, ficar no sertão requer também coragem, para enfrentar as ausências, a saudade e a solidão.⁴²

O trabalho no café revelou-se uma labuta sofrida para muitas famílias camponesas de Aracatu que deixam suas casas do sertão, mudam-se temporariamente para alojamentos frios⁴³ e impessoais das fazendas de café do Sudeste, e passam a trabalhar no ritmo de uma empresa capitalista. De segunda a sábado os migrantes acordam por volta das seis horas da manhã.⁴⁴ Por volta das seis e meia, seguem num caminhão até os cafezais mais distantes, ou a pé para os mais próximos. Praticamente todos da *turma* trabalham juntos num mesmo cafezal, nas *ruas de café*⁴⁵ indicadas pelo fiscal da fazenda. Apenas quatro ou cinco homens da *turma* são contratados para as tarefas exclusivas de secagem dos grãos e outros tipos de processamento pós-colheita.⁴⁶

A “migração para o café” é realizada normalmente em grupos de parentes, o que permite, de forma aproximada, a reprodução da organização espacial da *fazenda* e da casa de moradia sertaneja. O espaço de moradia no alojamento

⁴² Embora não adentre aqui numa discussão acerca da coragem daqueles que vão para o café e daqueles que ficam à espera no sertão, observo que a coragem é um elemento central a esse fenômeno, que atua muitas vezes na decisão de *sair* ou de ficar. Aliada à necessidade objetiva de *sair* para trabalhar no café, que é ganhar dinheiro para continuar a viver num sertão carente de tudo, essa prática é rodeada de simbologias e finalidades advindas de uma ordem moral na qual se insere (Cf. Woortmann, K., 1990).

⁴³ Note-se que o período da colheita do café coincide, nos estados da região Sudeste ao do inverno, e mais do que isso, a um inverno com temperaturas mais baixas e desconhecidas pelas famílias migrantes da Bahia, que conhecem apenas o tempo das chuvas (mais frio) e o tempo das secas (mais quente).

⁴⁴ Esses dados etnográficos resultam de pesquisa realizada na fazenda Monte D’Este, em Campinas durante a colheita do café de 2007 e 2008.

⁴⁵ “Rua de café” são as fileiras de pés de café dentro de um cafezal. São limitadas, de um lado ao outro, pelas *carreiras*, ruas mais largas onde trafegam veículos de transporte de pessoas e de cargas.

⁴⁶ Há algumas situações em que alguns rapazes, que já trabalham na colheita de segunda a sábado, são contratados para trabalhar nos terreiros de secagem aos sábados à tarde e aos domingos e feriados, recebendo um adicional de hora extra por tais funções.

dos migrantes, sempre que possível, obedece ao critério familiar, assim como as refeições são preparadas e depois comidas em grupos de parentes.

Na fazenda Monte D'Este, localizada em Campinas, local para onde um dos filhos de Zé Mascate, há 18 anos, traz de Aracatu uma *turma* de cerca de 50 trabalhadores, o alojamento localiza-se no interior da própria fazenda, em antigas casas de colonos. Em cada casa, ou em cada quarto no interior dessas casas são agrupados, na medida do possível, membros de uma mesma família extensa (parentes até segundo grau, em linha descendente ou colateral, por consanguinidade ou afinidade). Outrossim, ser de uma *fazenda* específica de Aracatu é outro critério que pode definir a casa e os companheiros de alojamento, sendo comum a coincidência entre um mesmo grupo familiar e uma mesma *fazenda* de origem.

Cada alojamento possui sua própria cozinha, que é partilhada pelos grupos familiares que nela se alojam. Cabe às mulheres o preparo da comida, acumulando uma dupla jornada de trabalho, pois além do trabalho da casa, também labutam com seus maridos, irmãos e filhos nos cafezais. As mulheres acordam mais cedo, ou retornam da roça mais cedo que os homens, para preparar a comida, lavar as roupas e arrumar a casa, numa reprodução dos seus afazeres do sertão.⁴⁷

Porém, a vida no café não se resume à labuta no café, sendo ainda um momento de encontro com parentes e conterrâneos que vivem em Campinas e Artur Nogueira. Para muitos migrantes *sair para o café* é a única forma de encontrar parentes, vizinhos e amigos que vivem em *São Paulo*, um lugar tão distante e custoso para chegar. Dessa forma, ir para o café é ainda a possibilidade do encontro com parentes de longe.

No caso dos migrantes que trabalham na fazenda de café de Campinas, o domingo⁴⁸ é o dia da semana em que os parentes de Campinas e de Artur Nogueira vêm ao alojamento visitá-los. São encontros que acontecem semanalmente, transmudando as fazendas de café de um lugar de labuta, durante a semana, em lugar de visitas, de encontros familiares e de festas. No caso das fazendas de café ao sul de Minas Gerais, os migrantes também recebem visitas

⁴⁷ Sobre o tema do trabalho da mulher rural, ver Woortmann, E. (1995), Sachs (1991), Carneiro (1996), Brumer (2000), Nogueira (2004).

⁴⁸ A folga dos trabalhadores do café tem início ao meio-dia do sábado. O sábado é dedicado às compras quando preciso e à arrumação da casa, normalmente pelas mulheres.

de parentes, vizinhos e amigos, embora isso ocorra com menor frequência por causa da maior distância entre Campinas e a região, cerca de três horas de viagem rodoviária. Em ambos os casos, há os encontros com parentes no final da colheita, quando, antes de regressarem ao sertão, os migrantes do café fazem visita a seus parentes de Artur Nogueira e de Campinas.

Esse seria o terceiro “subtempo do café”, o das visitas aos parentes. Um período aproveitado pelos migrantes, ademais, para realizar compras de itens para casa, roupas, de aparelhos eletrônicos (com destaque para os celulares) e até de motos, transportadas no bagageiro dos ônibus até suas *fazendas*.

O quarto subtempo do café é o da volta, quando termina a colheita, e os migrantes regressam para casa e a vida do sertão fica em suspenso, em festa. A rotina ordinária ali se suspende por alguns dias, dando lugar ao encontro dos “viajantes” com os que ficaram. É o momento de presentear, de dar as notícias de *São Paulo*, de pagar as dívidas com o dinheiro do café, enfim, é o momento por todos esperado.

Sair para comer no mesmo lugar

Sair para comer no mesmo lugar é uma expressão ouvida em Aracatu, que explica uma antiga estratégia de reprodução das famílias camponesas do lugar. Significa *sair* da terra natal, ir buscar recursos em outro lugar, e depois voltar, ou ter intenção de um dia voltar, para *comer no mesmo lugar*. Uma expressão que explica tanto os deslocamentos temporários para o trabalho no café como aqueles em que as famílias mudam sua moradia para *São Paulo*.⁴⁹

Sair é sair fisicamente da *fazenda*, é ausentar-se da terra familiar, é migrar no sentido de mudar o lugar da moradia, mesmo que temporariamente. *Comer* indica uma ação necessária para a continuidade da vida, seja numa acepção fisiológica, em que o alimento ingerido é um requisito indispensável ao funcionamento do corpo humano biológico, seja numa acepção mais ampla de necessidades vitais, englobando demandas materiais e simbólicas, carnis ou do espírito. *No mesmo lugar* expressa uma continuidade do local do comer/viver, a *fazenda* no sertão.

⁴⁹ Embora não haja neste texto uma análise sobre os deslocamentos de famílias camponesas para *São Paulo*, assinalo que tanto esses trajetos como a “migração para o café” são modalidades migratórias imbricadas dentro de um mesmo processo migratório protagonizado pelas famílias camponesas estudadas.

A *fazenda* do sertão continua a ser a casa, o lugar de onde se é, um dos elementos centrais de uma ordem moral camponesa que (ainda) regula essas famílias a despeito do lugar onde seguem vivendo. Zé de Zora, da *fazenda* Martim, é enfático quando afirma que seus filhos não moram em *São Paulo*, estão ali a trabalhar por um tempo, pois morar é no *lugar certo*, onde *você é dono*.

Os meus filhos é o seguinte, eles num mora lá, eles tão trabalhando lá há muito tempo. Que vai chegar um dia deles vim procurar um lugar certo, igual todos tão procurando. Às vezes vai para São Paulo, fica uma temporada lá, fica, fica, fica, depois vai caindo pra idade, caindo pra idade, num aguenta trabalhar mais e o que tem que fazer, tem que procurar... Sempre tem o lugar certo, e o lugar certo onde é que é, é onde você é dono. Então é o seguinte, eles tá lá, tá vivendo lá, mas morar mesmo eles num tão morando lá. (Entrevista realizada com Zé de Zora, Aracatu, em abril de 2007).

Os deslocamentos para trabalhar fora da *fazenda* do sertão configuram-se como práticas antigas das famílias camponesas de Aracatu e arredores. Práticas que, ao longo do tempo e das gerações, vêm adquirindo diferentes formatos e alcançando diferentes destinos, embora continuem a pautar a vida naquele cantão. Tomando como base as últimas três décadas, verificou-se um importante movimento migratório em direção aos municípios paulistas, para onde famílias inteiras se mudam para tentar uma vida fora do sertão. A partir dos anos 1990, esse *sair pelo mundo* ganha mais uma modalidade, a “migração para o café”, que, diferentemente da anterior, permite aos migrantes o retorno cadenciado para a casa e para a vida no sertão.

Especialmente para os jovens, *sair* para colher café vem se configurando a principal alternativa de trabalho e renda. O dinheiro que auferem no café é investido tanto na construção da casa de moradia e na compra de terra para o roçado – elementos necessários dentro do grupo, para poder se casar e constituírem seu próprio núcleo familiar fora da casa dos pais –, como na compra de bens de consumo, que antes tinham acesso somente os que se aventuravam pelo *mundo*, ou seja, que deixavam a terra familiar para viver alhures.⁵⁰

⁵⁰ Advirto que embora a título explicativo, e de forma simplificada, mostre uma contraposição entre a modalidade “migração para o café”, caracterizando-a como um deslocamento temporário, a outra modalidade migratória, de cunho mais definitivo, que seriam as mudanças de residência para *São Paulo*, o retorno para a casa do sertão é verificado em ambas.

Observam-se situações de migrantes que, a despeito de já terem anteriormente morado em *São Paulo*, voltam a viver nas *fazendas* de Aracatu, e a *sair*, ano após ano, para o café. Um retorno, portanto, condicionado à certeza de que voltando a viver no sertão, poderiam continuar a ganhar a vida temporariamente fora dali, no café. Enfim, uma volta para casa possível por causa do café.

Um “migração para o café” que, além de papel estratégico na reprodução de uma “condição camponesa” (Garcia Junior, 1983), atua na reprodução de uma subjetividade e de uma lógica camponesa, que continua a regular uma vida dividida entre o “tempo do café” e o “tempo de casa”. Estou a me referir à noção de campesinidade defendida por Klass Woortmann (1990) em seu clássico ensaio intitulado *Com parente não se neguceia*, que pretende explicar não somente um modo de produção camponês, objetivado no tripé terra, família e trabalho, mas uma ordem moral na qual os grupos camponeses, das mais diferentes maneiras, se inserem, produzem e se reproduzem como grupos de parentes atados a uma terra.

Um viver na *fazenda* do sertão que significa mais do que viver daquela terra, já que a parte majoritária do *comer* é buscada em outras terras, nas fazendas de café de São Paulo. As *fazendas* do sertão, mais do que lugares do trabalho agrícola, que de alguma forma continua a ser realizado durante o “tempo em casa”, são lugares de moradia. O lugar de onde se é, para onde se quer voltar e, principalmente, um lugar que continua a regular a vida dessas famílias.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 1991.

ALMEIDA, M. W. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, set 2007.

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, M. C. de A. As tentativas de organização das massas rurais: as Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*: v. 1. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009. p. 73-85.

BOURDIEU, P. *El baile de los solteros: la crisis de la sociedad campesina en el Beane*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004.

BRUMER, A. *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Trabalho apresentado no XXII International Congress of the Latin American Studies Association, Miami, 2000.

CARNEIRO, M. J. Esposa de agricultor na França. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 328-354, 1996.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. *A universalização dos direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: Ipea, 2000.

DURHAM, E. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EVANS-PRITCHARD, E. *Os nuer*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, A. (Org.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 131-150.

GARCIA JÚNIOR, A. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA JÚNIOR, A. *O sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT: CNPq, 1989.

GODOI, E. P. de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, A. M. de; GODOI, E. P. de (Org.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 97-131.

GODOI, E. P. de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

KROEBER, A. *Anthropology*. New York: Harcourt-Brace, 1948.

MACHADO, E. *Trajétoérias da migração rural da Bahia*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

MARTINS, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. de S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J. de S. *Não há terra para plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 43-61.

MAUSS, M. Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos: étude de morphologie sociale. In: MAUSS, M. *Sociologie e anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003. p. 389-477.

MENEZES, M. A. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural)–Universidade Federal da Paraíba, 1985.

MENEZES, M. A. *Interações sociais em alojamentos de trabalhadores migrantes: o caso dos ‘corumbas’ na plantation canavieira de Pernambuco*. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1998.

MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos imigrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MOURA, M. M. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.

NOGUEIRA, V. S. A “*venda nova das imigrantes*”: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

NOGUEIRA, V. S. *Sair pelo mundo: a conformação de uma territorialidade camponesa*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

NOGUEIRA, V. S. Dádivas e redes: o processo migratório em famílias camponesas. In MENEZES, M. A.; GODOI, E. P. de (Org.). *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. Brasília: CNPq; São Paulo: Annablume, 2011. p. 185-204.

OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 2, p. 3-82, out. 1972.

PALMEIRA, M. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M. (Org.). *O dito e o feito: ensaio de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 171-177.

PALMEIRA, M.; ALMEIDA, A. W. B. de. A invenção da migração: relatório de pesquisa. In: PALMEIRA, M. et al. *Projeto Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS, 1977. v. 5. Mimeografado.

REDFIELD, R. *Civilização e cultura folk*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.

REDFIELD, R. *Peasantry: part-societies*. In: REDFIELD, R. *The little community and peasant society and culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1960. p. 23-39.

SACHS, C. *Gendered fields: rural women, agriculture and environment*. Oxford: Westview Press, 1991. (Rural Series Studies).

SCOTT, R. P. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: v. 2: estratégias de reprodução social*. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009. p. 245-267.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Hucitec, 1979.

SIGAUD, L. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana*, v. 10, n. 1, p. 131-163, 2004.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

SILVA, V. A. da. *Menina carregando menino...: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005

SINGER, P. *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*. In: SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 29-60.

VELHO, O. Sete teses equivocadas sobre a Amazônia. *Religião e Sociedade*, v. 10, p. 31-36, 1983.

WANDERLEY, M. de N. B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso do Nordeste). In: MARTINS, J. de S. (Coord.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 203-246.

WANDERLEY, M. de N. B. *O saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2011.

WEBER, M. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WELCH, C. A. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas: v. 1*. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009.

WOLF, E. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. (Org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília: Editora Unicamp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 117-144.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 11-73.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas: v. 1*. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009. p. 217-238.

Recebido em: 30/08/2012

Aprovado em: 17/01/2013